



FIQUE POR DENTRO

# REGISTRO ELETRÔNICO

25 DE JANEIRO DE 2021 - Nº 144



## Tragédia ambiental

# FALTA DE TRANSPARÊNCIA E DESCASO MARCAM OS DOIS ANOS DO CRIME DA VALE EM BRUMADINHO

O rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho, completa dois anos na segunda-feira (25 de janeiro), dois anos de descaso, negligência e impunidade com o crime da Vale, que deixou 272 mortos e 11 desaparecidos, além de graves danos ambientais à natureza e à bacia do Rio Paraopeba. A mineradora segue impune e lucrando bilhões, enquanto os atingidos não tiveram uma reparação plena e digna.

Mesmo com a pandemia do coronavírus, os atingidos na bacia do Rio Paraopeba continuam lutando por justiça e participação social nas negociações com a Vale, com protestos diante da sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em Belo Horizonte. Mesmo sendo ré, a mineradora dá as cartas e dita as regras nas audiências sobre o acordo com o governo Zema.

As rodadas de negociação ocorrem desde outubro, a portas fechadas, sem transparência ou publicidade e sem a participação direta e efetiva dos atingidos. Além da mineradora e governo de Minas, participam da negociação a Defensoria Pública, o Ministério Público do Estado e o Ministério Público Federal.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que acompanha de perto todo o trâmite do acordo, denuncia como “novo golpe e aberração jurídica” a transferência do processo judicial da primeira para a segunda instância, determinada na quarta-feira (20 de janeiro), às vésperas de completar dois anos do crime da Vale.

Todos os processos judiciais de reparação aos danos e prejuízos causados pelo rompimento da barragem, que tramitavam na 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, em primeira instância, conduzidos pelo juiz Elton Pupo Nogueira, foram redistribuídos para a segunda instância, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus/TJMG). Os atingidos acreditam que a mudança atende a interesses da mineradora.

A Vale, na verdade, quer reduzir o valor a ser pago para reparar os danos causados pelo desastre em Brumadinho, estimado em R\$ 54 bilhões, de acordo com o processo judicial. Este montante, calculado pela Fundação João Pinheiro, órgão de pesquisa e estatísticas do Estado, representa a soma de R\$ 26 bilhões para as perdas econômicas

com o rompimento da barragem e R\$ 28 bilhões para o pagamento de indenizações às famílias das vítimas fatais e demais atingidos.

Enquanto a mineradora tenta, a cada etapa da negociação, rebaixar a proposta de valor a ser pago pelos danos ambientais e humanos, atrasando o acordo e prejudicando os atingidos, seus acionistas são beneficiados. Desde o rompimento da barragem, a Vale remunerou os acionistas duas vezes. A primeira em agosto, quando pagou R\$ 7 bilhões pelo resultado de 2018 e a segunda em setembro, quando distribuiu R\$ 12 bilhões como dividendos pelo lucro nos primeiros trimestres de 2020.

Outra crítica dos atingidos é que Zema pretende pegar boa parte dos recursos para realizar obras em Belo Horizonte, de olho nas próximas eleições, ao invés de investir em infraestrutura nos locais afetados pela tragédia.

## EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO

O presidente do SINDÁGUA e secretário de Meio Ambiente da CUT Minas, Eduardo Pereira, critica o descaso da Vale com as vítimas dos graves crimes socioambientais cometidos pela mineradora em Brumadinho, em 2019, e Mariana, que ocorreu em 2015, matando 19 pessoas e destruindo a bacia do rio Doce. “Isso demonstra que a privatização não resolve os problemas e que as empresas privadas só estão interessadas no lucro. A Vale, vendida em 1997, quer a todo custo reduzir o valor a ser pago para reparar os seus crimes. Agora, querem privatizar as empresas de saneamento, como a Copasa, e de energia elétrica, setores estratégicos, em mais um projeto prejudicial para a nossa população”, afirma Eduardo.

O rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019, despejou 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na bacia do rio Paraopeba. A lama percorreu mais de 300 quilômetros, afetando 18 municípios. Centenas de famílias tiveram vítimas fatais. O município de Brumadinho, onde fica o distrito de Córrego do Feijão, convive com sete das 46 barragens com elevada probabilidade de ruir, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Acompanhe mais informações em nosso site [www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) ou pelas redes sociais:

 [facebook.com/sindaguamg](https://facebook.com/sindaguamg)  [instagram.com/sindagua.mg](https://instagram.com/sindagua.mg)  [twitter.com/sindaguamg](https://twitter.com/sindaguamg)  WhatsApp (31) 9 7324 6913